



O movimento da educação escolar no município de Piracicaba/SP (1880-1910)

The school education movement in the city of Piracicaba/SP (1880-1910)

El movimiento de educación escolar en el municipio de Piracicaba/SP (1880-1910)

Carolina Martin

Universidade Estadual de Londrina (Brasil)

<https://orcid.org/0000-0002-7727-8057>

<http://lattes.cnpq.br/1089071167288840>

caromartin@uol.com.br

Tony Honorato

Universidade Estadual de Londrina (Brasil)

<https://orcid.org/0000-0003-3057-1157>

<http://lattes.cnpq.br/7101545385569249>

tonyhonoratu@gmail.com

Cesar Romero Amaral Vieira

Universidade Metodista de Piracicaba (Brasil)

<http://lattes.cnpq.br/6435460838203204>

<https://orcid.org/0000-0001-5688-9927>

cr158vieira@gmail.com

Resumo

Este artigo tem como objeto o município de Piracicaba, situado no interior do estado de São Paulo. O escopo é identificar se ocorreu um desenvolvimento concomitante de diferentes aspectos – social, político, cultural, educacional e urbanístico – entre 1880 e 1910, momento em que Piracicaba se destacava pela quantidade e diversidade de instituições de ensino. O fundamento teórico-metodológico tem como base a categoria historiográfica Município Pedagógico. As fontes documentais são de abrangência imperial/federal, provincial/estadual e municipal, integradas a fontes bibliográficas e jornalísticas do período. Os resultados revelam que houve um desenvolvimento geral síncrono de diferentes setores em Piracicaba, principalmente, no contexto da Proclamação da República. Quanto mais o município prosperava, o montante e pluralidade de tipos de instituições de ensino aumentava exponencialmente. Como desdobramento de todo esse processo conjunto foi possível identificar que ocorreu integração, participação e formação de identidades coletivas, que possibilitou à Piracicaba a constituição de um quadro histórico-pedagógico singular.

Palavras-chave: Município Pedagógico; História da Educação; Piracicaba.

Abstract

This article focuses on the municipality of Piracicaba, located in the interior of the state of São Paulo. It aims to identify whether there was a concomitant development of different aspects - social, political, cultural, educational and urbanistic - between 1880 and 1910, when Piracicaba stood out for the number and diversity of educational institutions. The theoretical-methodological foundation is based on the historiographic category Pedagogical Municipality. The documentary sources are of imperial/federal, provincial/state and municipal scope, integrated with bibliographic and journalistic sources of the period. The results reveal there was a general synchronous development of different sectors in Piracicaba, mainly in the context of the Proclamation of the Republic. The more the municipality prospered, the amount and plurality of educational institutions types increased exponentially. As a result of this whole process, it was possible to identify that there was integration, participation and formation of collective identities, which enabled Piracicaba to constitute a unique historical-pedagogical framework.

Keywords: Pedagogical Municipality; History of Education; Piracicaba.

Resumen

Este artículo se centra en el municipio de Piracicaba, ubicado en el interior del estado de São Paulo. Tiene como objetivo identificar si hubo un desarrollo concomitante de diferentes aspectos - sociales, políticos, culturales, educativos y urbanísticos - entre 1880 y 1910, cuando Piracicaba se destacó por la cantidad y diversidad de instituciones educativas. La fundamentación teórico-metodológica se fundamenta en la categoría historiográfica Municipio Pedagógico. Las fuentes documentales son de ámbito imperial/federal, provincial/estatal y municipal, integradas con fuentes bibliográficas y periodísticas de la época. Los resultados revelan que hubo un desarrollo sincrónico general de diferentes sectores en Piracicaba, principalmente en el contexto de la Proclamación de la República. Cuanto más prosperaba el municipio, aumentaba exponencialmente la cantidad y pluralidad de tipos de instituciones educativas. Como resultado de todo este proceso en conjunto, fue posible identificar que hubo integración, participación y formación de identidades colectivas, lo que permitió a Piracicaba constituir un marco histórico-pedagógico único.

Palabras clave: Municipio Pedagógico; Historia de la Educación; Piracicaba.

Recebido: 09/11/2023

Aprovado: 14/03/2024

Introdução

Esse texto se insere no âmbito de uma pesquisa¹ que considera relevante a compreensão de como a educação se desenvolve em âmbito local, no caso do Brasil o município, e de que forma isso está relacionado aos outros níveis de poderes públicos, assim como com outros elementos e características municipais. Conforme Souza (2012) destaca, esse é um conteúdo, notadamente, pouco estudado pelos historiadores da educação paulista.

O que despertou atenção, em específico, no caso de Piracicaba, foram os relatos de que, no final do primeiro decênio de 1900, esse município se destacava no cenário estadual paulista pela quantidade de estabelecimentos de ensino. As pesquisas da historiadora Perecin (2009) revelam que nesse período Piracicaba era conhecida pelo título de “Ateneu Paulista”², o que é corroborado pelos dados dispostos nos Anuários de Ensino do Estado de São Paulo de 1909/1910 (São Paulo, 1910), que colocam Piracicaba entre os primeiros municípios em termos de quantidade e diversidade (privado e público – estadual e municipal) de estabelecimentos de ensino. Nesse sentido, circunscreveu-se o fechamento do recorte temporal da pesquisa em 1910 e o início em 1880, devido à questão de que crescia o movimento do republicanismo na localidade, que foi um dos consoantes do alargamento da experiência educativa escolarizada. Então, questiona-se: como ocorreu o movimento educacional escolar em Piracicaba na transição do Império para República, até o findar da década de 1910?

Para tanto, os procedimentos metodológicos são compostos de pesquisa bibliográfica e análise documental. As fontes documentais são de abrangência imperial/federal, provincial/estadual e local. Dentre os documentos estão censos demográficos, legislação educacional estadual e a pertinente aos municípios, Anuários do Ensino do Estado, relatórios dos diretores gerais e inspetores da educação pública, além de documentos do acervo da Câmara Municipal de Piracicaba. Como complemento utilizou-se o jornal *Gazeta de Piracicaba* (1882-1910), do acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba – IHGP, e um referencial bibliográfico constituído de autores que tratam da História, em geral, e da História da Educação do Brasil (Gonçalves Neto, 2002, 2003, 2007; Monarcha, 2016, 1999; Peixoto, 1990; Saviani, 2011, 2004; Sodré, 1972; Tanuri, 2000), do Estado de São Paulo (Prado Junior, 1989; Reis Filho, 1995; Souza, 1998, 2004, 2012; Warde; Paulo, 2013) e historiadores e pesquisadores, os quais se debruçam sobre as particularidades de Piracicaba (Camargo, 1899; Guerrini, 1970; Honorato; Monarcha, 2016; Perecin, 2009; Torres, 2009).

A opção por utilizar a categoria historiográfica Município Pedagógico como fundamento teórico-metodológico se deve à sua proposta, desenvolvida com a intenção de compreender como alguns municípios formaram suas próprias redes educacionais, independente de toda pressão que sofriam de outros níveis de poder para auxiliá-los em suas próprias políticas educativas. Isso significa entender o “local como instância de decisão, ideiação e realização” (Magalhães, 2013, p.12), ao sistematizar a historiografia do municipalismo no sentido educativo, político e social, em paralelo com as histórias nacionais e regionais. É necessário levar em conta a relação entre território e população, por sua vez, compostos de soberania e identidade em evolução, ao considerar uma organização sistemática dos dados, que devem ser analisados por uma teorização transdisciplinar, que erige o Município Pedagógico como meta-história (Magalhães; Adão, 2014). A concepção dessa categoria historiográfica foi elaborada primeiramente por Justino Pereira Magalhães (2013,

¹ A pesquisa foi iniciada no Projeto de Pesquisa “A ação do município na modernização educativa: Piracicaba no início da Primeira República (1890-1910)”, com financiamento CNPq (Processo 423288/2021-0), e prossegue no Projeto de Pesquisa “Ações constitutivas do desenvolvimento da educação formal, informal e não formal no município de Piracicaba/SP (1880-1910) e de Londrina/PR (1930-1990)”, com financiamento CNPq/Fundação Araucária (Convênio n. 048/2023).

² Cf. CAPRI, Roberto. *Libro D’Ouro dello Stato di S. Paulo*, 1911, p. 576.

2014, 2019), em Portugal, ao passo que no Brasil, um dos principais pesquisadores sobre o tema é Wenceslau Gonçalves Neto (2015), seguido de outros investigadores como, por exemplo, Honorato, Vieira, Nery e Martin (2019).

Com a finalidade do exame das relações internas do município e deste com os outros níveis de poder estatais optou-se por empregar como categoria complementar de análise – relações de poder –, nesse sentido foram utilizados teóricos como Norbert Elias (1993, 1994a, 1994b, 2008), Milton Santos (1993, 2006, 2007) e Henri Lefebvre (2006). Esses teóricos auxiliam a compreensão dos elos entre educação, sociedade e política, e como eles estão imbricados às disputas de poder, por sua vez relacionadas diretamente às questões territoriais. No contexto local, geralmente, o tema educação está ligado à consolidação da cidadania e da identidade em um espaço determinado, por meio das interdependências entre os indivíduos que formam diferentes dimensões figuracionais nos diversos grupos de que fazem parte (ELIAS, 1993, 1994a).

A utilização da *Gazeta de Piracicaba* como fonte de pesquisa levou em conta os tratamentos metodológicos devidos, que compreendem a imprensa como documento com parcialidade e intencionalidade próprias, e por isso, deve ser examinada sob diferentes ângulos. É preciso atentar à sua materialidade, ideologias (implícitas ou explícitas) e posicionamento político, cultural, econômico e social (Cruz; Peixoto, 2007; Luca, 2008). Estabelecido em junho de 1882, com a nomenclatura oficial *Gazeta de Piracicaba – Orgam Republicano* seu financiamento, desde o início, se deu por parte de um grupo de republicanos locais. Durante o regime imperial agiu como foco de oposição aos monarquistas e com a Proclamação da República passou a ser situação e ferramenta de propaganda dos feitos de todos os níveis de governo, bem como dos modelos e padrões civilizatórios que uma sociedade republicana deveria ter.

O texto está estruturado de acordo com as premissas da categoria historiográfica Município Pedagógico, ao se constituir do plano macro, para o micro. Assim, em um primeiro momento é apresentado o contexto imperial/federal, provincial/estadual de São Paulo e municipal, em geral, a seguir é evidenciada a conjuntura no município de Piracicaba. Os dados revelam que, entre 1880 e 1910, o panorama era de um império/país em transformação política, social, cultural e econômica, ao passo que São Paulo era uma das províncias/estados mais ricas e desenvolvidas. Nesse cenário, houve em Piracicaba reconfigurações concomitantes às condições econômico-materiais, culturais, sociais e educacionais.

Município: entre o imperial/federal e o provincial/estadual

No contexto nacional, no final do século XIX e início do XX, o Brasil era um país essencialmente agrícola, que iniciava um processo de urbanização e industrialização. Social e culturalmente era um momento de transição, com reformas que incluía o militar, a religião e a abolição da escravatura. Essas reformas tinham um caráter positivista, mesmo assim, aos poucos trouxeram mudanças em relação às ideias e mentalidades, conforme a estrutura socioeconômica se modificava. Havia um abismo entre as classes dominantes, que consumiam a cultura europeia, e o povo, que produzia manifestações de acordo com as regiões e localidades do país (Sodré, 1972).

Politicamente, no Império, o imperador, a partir do poder moderador, tomava todas as decisões finais e com a Proclamação da República vieram novos ares democráticos e liberais, contudo, ainda muito tímidos no início, ao se mesclarem com resquícios monarquistas. Conforme aponta Santos (2006), em casos como esse, os eventos não ocorrem separadamente, e sim, se superpõem e se combinam, ao apresentarem como resultado uma conjuntura formada pela soma das partes constitutivas.

Quanto às questões educacionais, tanto no Império quanto na República, esse nível de poder era responsável pelo ensino superior e regramento do ensino secundário. Saviani (2011) destaca que no decorrer do século XIX a média de investimento em educação foi de 1,80% do orçamento do governo imperial, o ano de maior investimento foi 1888, com 2,55%. Ou seja, o Império praticamente se eximia das questões educacionais.

Enquanto isso, o panorama da província/estado de São Paulo revela, segundo Prado Júnior (1989), uma distinção frente às outras províncias/estados por um paulatino aumento da chegada de imigrantes, urbanização e industrialização nos maiores municípios. Mas, como o resto do país, a agricultura, principalmente de café, ainda era o carro chefe da economia. Em relação à área cultural, seguia o mesmo padrão do império/país, contudo a chegada de diferentes nacionalidades de imigrantes alterava esse cenário aos poucos.

Na esfera política, São Paulo se tornou um dos principais focos republicanos, mesmo antes da Proclamação da República, isso, junto ao desenvolvimento econômico, permitiu que fosse o primeiro estado da federação a implantar uma série de importantes reformas em todos os âmbitos administrativos. No campo da educação, tanto no Império como na República, a província/estado era responsável pelo ensino primário, normal e profissional, para isso, utilizava o auxílio dos municípios (Monarcha, 2016).

No final do Império houve constantes alterações da estrutura educacional paulista, que terminaram por gerar progressos, retrocessos e insatisfações. O aumento do número de escolas era insuficiente para diminuir o analfabetismo e suprir a demanda crescente (Warde; Paulo, 2013). No início da República, as reformas educacionais foram de tal importância que serviram posteriormente de modelo para os outros estados da federação, ao trazerem, dentre outros elementos, um novo modelo cívico, que representasse um ideal de vida desejado por todos. Sob essa perspectiva, Elias (1994b) ressalta que a sociedade disponibiliza aos indivíduos um “grupo restrito de funções, escolhas e comportamentos possíveis” (p. 21), isso inclui a escolarização, como uma forma instituída de permanente controle, nesse caso de um novo padrão, o republicano.

Elias (2008) também nos auxilia a pensar sobre a relação de poder entre o governo imperial/federal e o provincial/estadual, pois no Império e na República, o primeiro passava a maioria das responsabilidades para o segundo, que por sua vez, fazia o mesmo com o governo local, ao não conseguir cumprir tudo que lhe era imposto. Diante da desigualdade nessas relações, o autor ressalta o modo como isso pode ser interpretado, por um vínculo entre o conceito de poder e função, no qual as interdependências, sejam elas sociais ou políticas, sempre resultam em relacionamentos permeados por constrangimentos ou coerções. Todo esse processo repercutia nas diferentes áreas: social, econômica, cultural e educacional.

O município de Piracicaba e a expansão do aparelho escolar

No final do século XIX e início do século XX, gradativamente, Piracicaba se desenvolvia social, econômica e demograficamente, além de experimentar fluxo migratório e novos ideais políticos e culturais. Sua economia, em 1880, regida principalmente pela agricultura de café e cana, com o passar dos anos avançou para outras áreas. Com a expansão das indústrias, em 1910, contava com 108 fábricas de diferentes tipos: tecidos, sapatos, bebidas, chapéus, cigarros de palha, charutos, preparados farmacêuticos, massas, curtume, sabão e serrarias. O comércio, por sua vez, praticado principalmente por imigrantes, crescia exponencialmente, assim como a quantidade de profissionais liberais (Camargo, 1899; Gazeta de Piracicaba, 1882-1910; Percin, 2009; Torres, 2009).

Durante esse período, a municipalidade se dedicou a urbanizar a cidade, que passou de singela e com ruas barrentas, para, como é possível observar no depoimento de um visitante em 1904, se tornar uma localidade que tinha os principais recursos necessários à vida moderna,

como ruas bem alinhadas, limpas e apedregulhadas, bons edifícios, passeios e jardins (Gazeta de Piracicaba, 21/07/1904; Guerrini, 1970). O abastecimento de água, a iluminação pública e a coleta de esgoto já cobriam a maior parte da área urbana (Livro de atas da Câmara Municipal de Piracicaba, 1902).

Seu desenvolvimento repercutia no exterior, L. S. Rowe, da Universidade da Pensilvânia e presidente da Academia Americana de Ciências Políticas e Sociais, ao avaliar os avanços que a República trouxe ao Brasil, destacou em especial o estado de São Paulo, pela intensificação de seu desenvolvimento. Citou Piracicaba como um município, dentro das devidas proporções, tão desenvolvido quanto a capital do estado. Dizia que as redes de água e esgoto a tornaram uma das mais confortáveis do estado e elogiava a quantidade de escolas, ao explicitar que “d’estarte, Piracicaba tornou-se um centro de educação que, junto às suas excellentes commodidades industriaes, fará dela uma das mais importantes cidades do Estado” (Administração Municipal, 1908, p.1).

Santos (1993) destaca que a nova configuração territorial e política criada pela urbanização das cidades era um fenômeno em todo o ocidente no final do século XIX e início do XX. Esse processo resultou na atenção a aspectos sociais como saúde, educação, lazer, informação e até mesmo novas perspectivas de civilização e esperança.

Nos aspectos cultural e social, nos anos 1880, a coletividade local mantinha diversas sociedades literárias, beneficentes e recreativas, e a biblioteca com 2.000 volumes estava sob responsabilidade do Club Piracicabano. Nos anos 1890, havia dois estabelecimentos de caridade, dois clubes políticos, duas sociedades dançantes, uma beneficente e quatro musicais, quatro periódicos, além de cafés, restaurantes, hotéis e museu. Os imigrantes, de diferentes nacionalidades criaram sociedades para conservar suas culturas, a saber: a Sociedade Beneficente Portuguesa; o Grêmio Beneficente Espanhol; dos italianos, a Sociedade XX de Setembro, a Sociedade Italiana de Mútuo Socorro e o Grêmio Victorio Alfieri; e a Agremiação Síria. Entre 1900 e 1910, a “pérola paulista” era ambientada por muitas festas religiosas, cívicas, culturais e atividades de lazer, nesse período a cidade também foi dotada de cinema e orquestra (Camargo, 1899; Gazeta de Piracicaba, 1880-1910; Perecin, 2009).

Ao se observar essas características de Piracicaba, nesse momento histórico, considera-se que possam ser compreendidas a partir das ideias de Lefebvre (2006), o qual defende que a organização urbana exige tanto dos habitantes quanto dos políticos transformação progressiva de discursos e realidade. Essa situação cria códigos de convivência que estão diretamente ligados às relações de poder e às instituições na organização da sociedade, num movimento de sobreposição de elementos jurídicos, políticos, religiosos, artísticos e ideológicos.

Politicamente, houve uma reconfiguração pautada na mudança de partido por parte das elites, ao migrarem para o Republicano, inclusive dentro da liderança rural. Na última década dos 1800, o município era comandado pelo Partido Republicano, o qual, apesar da receita municipal modesta, se gabava de cobrar os impostos mais baixos da região, empreender obras urbanísticas e velar pela educação e cultura. Com os irmãos Prudente e Manoel de Moraes Barros na esfera política nacional, o jovem Paulo de Moraes Barros, filho de Manoel, se tornou o herdeiro político local de ambos e assumiu a frente do Partido Republicano Paulista de Piracicaba. Mas, enfrentava resistência dos monarquistas conservadores liderados pelo Barão de Rezende e sérias dificuldades econômicas devido ao legado deixado pelos monarquistas (Perecin, 2009; Torres, 2009). Ao observar-se a questão sob a ótica de Elias (1994b), considera-se que essa tensão específica entre grupos distintos é inerente às relações humanas. Os conflitos reconfiguram a sociedade por meio de mudanças estruturais, as quais por sua vez representam uma continuidade histórica em constante transformação.

Entre 1900 e 1910, o Partido Republicano Paulista já não se mostrava unido como antes. As discordâncias chegaram ao cume em setembro de 1901, quando o partido sofreu uma cisão e se dividiu entre governistas e dissidentes. Como parte deste último grupo estavam os chefes republicanos piracicabanos, os irmãos Moraes Barros (Peixoto, 1990). Com a morte de Prudente (03/12/1902) e Manoel de Moraes Barros (20/12/1902) em dezembro de 1902, seus herdeiros políticos passaram a defender os interesses de Piracicaba nos níveis local, estadual e federal. Durante esse íterim os dissidentes foram maioria, por algumas vezes absoluta, na Câmara Municipal de Piracicaba (Gazeta de Piracicaba, 1902-1910).

Todavia, o governo estadual era dirigido pelos governistas, o que gerou vários conflitos e disputas em torno de verbas e ações em Piracicaba. Essa década findou com mais uma crise no Partido Republicano Paulista, ao surgir mais um bloco, o Partido Republicano Conservador, mas em Piracicaba o Partido Republicano Dissidente ainda era predominante (Perecin, 2009). Mesmo com suas diferenças ideológicas – Partido Republicano Dissidente, Partido Republicano Governista e Partido Monarquista – os políticos piracicabanos atuavam conjuntamente em prol do município. Nesse cenário político local, permeado por desavenças irrompidas em nível estadual, que afetaram diretamente a dinâmica interna da Câmara Municipal de Piracicaba, é possível perceber, como afirma Santos (2006), que no espaço circunscrito de um município, apesar das influências externas, há um cotidiano compartilhado, no qual “cooperação e conflito são a base da vida em comum” (p.218).

Diante desse panorama econômico, social, cultural e político, a educação em Piracicaba se desenvolveu de forma extraordinária. Consta que, em 1912, Piracicaba era o quinto município em número de habitantes do estado de São Paulo e proporcionalmente o segundo em educação, estando somente atrás da Capital. Se comparado a Campinas, com o dobro da população de Piracicaba, este era o terceiro nesse quesito. A edilidade nesse período aplicava um sexto (1/6) de suas rendas em educação, mais que qualquer outra municipalidade paulista. Devido a isso, “tornou-se procedente o chamamento de Ateneu Paulista atribuído a Piracicaba por Roberto Capri em seu famoso Livro d’Ouro de 1911” (Perecin, 2009, p.14).

Nos anos 1880, houve aumento de 11 instituições, 13 para 24, o que representa uma variação percentual de crescimento de 84,61%. Afere-se que, até 1885, a maioria dos estabelecimentos de ensino era privado – particulares e confessionais - e no ano de 1886 tinha o mesmo número de estabelecimentos públicos provinciais – na cidade e bairros rurais - e privados. A partir de 1887 ocorreu um movimento que levou ao aumento das escolas públicas e diminuição das privadas. Todas as provinciais eram cadeiras³ primárias e dentre as privadas estavam desde pequenas aulas e escolas, estabelecimentos de médio porte e dois de grande porte, com as modalidades jardim de infância, ensino primário, ensino secundário e preparatórios, nos horários diurno e noturno. Em ambas as categorias havia educação feminina, masculina e mista (Gazeta de Piracicaba, 1882-1889; Livros de Atas da Câmara Municipal de Piracicaba, 1880-1889).

Os políticos locais praticamente apenas atenderam às demandas do governo provincial, e a população, em geral, pouco se envolveu nos assuntos educacionais. Isso ocorreu, conforme aponta Souza (2004), possivelmente porque o ideário de educação como concepção de progresso e civilização ainda estava nesse momento em círculos mais fechados de políticos e intelectuais, principalmente de tendências republicanas, e viria a se disseminar na sociedade, de forma mais alargada, a partir dos anos 1890.

Em relação aos anos 1890, ocorreu um aumento de 15 instituições, de 25 para 40, o que representa uma variação percentual de crescimento de 60%. No que diz respeito ao ensino privado, o crescimento de variação percentual do início para o final do período foi de 177,77% e a média de escolas por ano se mostrou superior ao decênio anterior, subindo de 9 para 25

³ Escolas preliminares exclusivas para cada sexo e, excepcionalmente, mistas, com um professor(a) e uma classe.

instituições. As aulas, na maioria, eram particulares, que recebiam em média cinco alunos, e escolas e externatos, com uma média de 10 a 30 estudantes. As escolas e colégios de médio porte tinham aproximadamente 60 alunos e os três maiores colégios, todos confessionais, no final dos anos 1890 chegaram a ter de 150 a 200 alunos, sendo um destes gratuito, o Colégio Sagrado Coração de Jesus, o qual era masculino, mantido pelo Círculo Católico e dirigido por frades capuchinhos (Camargo, 1899; Gazeta de Piracicaba, 1890-1899; Livros de Atas da Câmara Municipal de Piracicaba, 1890-1899).

Nesse conjunto de estabelecimentos eram proporcionadas as modalidades de externato, semi-internato e internato. A leitura do jornal *Gazeta de Piracicaba* revelou que Piracicaba se tornara referencial educacional na região, famílias de diversos municípios vizinhos enviavam seus filhos para estudar nos grandes colégios que ofereciam internato (Gazeta de Piracicaba, 1890-1899). Os fatores que levaram ao incremento das instituições privadas de ensino, de acordo com os apontamentos de Monarcha (2016), seguem os padrões do país no início da República. No geral, houve aumento de matrículas nos estabelecimentos oficiais de ensino, mas não o suficiente para suprir a demanda. Por isso, deu-se um crescimento célere dos estabelecimentos privados, pois a mentalidade quanto ao papel da educação fora alterada e frequentar a escola passou a ser primordial como meio de iniciação social.

Os anos 1890 apresentaram um decréscimo de variação percentual de 14% na quantidade de instituições de ensino estaduais em relação aos anos 1880, entre 1890 e 1899 houve somente aumento de dois estabelecimentos, indo de 14 para 16 escolas. Mas, isso não significa que o governo tenha investido menos, pois foi colocado em funcionamento um Grupo Escolar (1897), que abrigava consideravelmente mais alunos que as ‘cadeiras’ primárias, pois tinha várias classes de ambos os sexos. Além disso, foi implantada a Escola Complementar (1897), que era mista. Nessa década, ainda foi instalada uma escola noturna masculina, assim como idealizada, em 1891, mas não implantada, a Escola Agrícola (Gazeta de Piracicaba, 1890-1899; Livros de Atas da Câmara Municipal de Piracicaba, 1890-1899).

Os grupos escolares auxiliaram o projeto republicano de reforma social e alcançaram impacto como modelo de instrução pública em todo o país (SOUZA, 1998). Seus edifícios eram um marco urbano, ao trazerem a configuração arquitetônica escolar para dentro dos preceitos mais modernos da época, que incluía circulação, higiene, psicologia e iluminação. Se tornaram um dos marcos da história da educação brasileira, tanto que seus vestígios se perpetuaram até o século XXI. No decorrer da década de 1890, foram construídas mais de 90 unidades pelo estado de São Paulo. Em paralelo, instalou-se em alguns municípios do interior – as escolas complementares, com um ensino primário de longa duração (8 anos), dividido em dois cursos (elementar e complementar). O objetivo adicional da formação complementarista era preparar professores para as escolas preliminares, mediante apenas o acréscimo de um ano de prática de ensino (Monarcha, 1999; Saviani, 2004; Tanuri, 2000).

Entende-se que, a conquista por parte de Piracicaba de estabelecimentos emblemáticos republicanos, como uma das três escolas complementares do estado, o grupo escolar e a única Escola Agrícola (inaugurada em 1901) até então criada no estado, deve-se em grande parte pela rede de poder formada pelo Partido Republicano local. Destaca-se que, os principais protagonistas faziam parte da família Moraes Barros, a qual nesse momento histórico teve representantes na presidência da República, no Senado, na Assembleia Estadual e na Câmara Municipal de Piracicaba (Gazeta de Piracicaba, 1890-1899; Livros de Atas da Câmara Municipal de Piracicaba, 1890-1899).

A municipalidade, em 1894, criou sua primeira escola, masculina noturna primária, e promulgou leis educacionais. Os camaristas, em relação aos anos 1880, nas sessões da câmara, se dedicaram 333,33% mais às questões educacionais, com um crescimento de variação percentual de 700% na quantidade de vereadores que fizeram propostas na área de educação, além de continuarem a cumprir com a crescente demanda do governo estadual (Livros de Atas

da Câmara Municipal de Piracicaba, 1890-1899). Essa situação pode ser compreendida segundo as colocações de Gonçalves Neto (2015), ao verificar-se que ocorria em Piracicaba a “disseminação de ideologia própria e delimitação de uma identidade municipal” (p.33), com os políticos locais tentando imprimir sua marca no desenvolvimento de um ideário educacional republicano. Essas iniciativas contaram com o apoio e aprovação de parte da sociedade, que passou a participar dos eventos e exames finais, principalmente do grupo escolar (Gazeta de Piracicaba, 1890-1899).

Entre 1900 e 1910, no geral, houve um aumento de 18 instituições, respectivamente de 35 para 63, o que representa uma taxa de variação percentual de crescimento de 80%. A iniciativa privada mantinha diversas instituições, de diferentes tipos e variado público-alvo, houve um aumento de 18 para 27, o que significa um crescimento de variação percentual de 50%. Essa taxa é consideravelmente menor que a encontrada nos anos 1890 (177,77%), todavia a média de escolas por ano se mostrou superior ao período entre 1880 e 1899. O padrão alterou, se comparado às duas décadas anteriores, as escolas e externatos com uma média de 10 a 30 estudantes passaram a ser as mais representativas, seguidas de aulas particulares, as quais recebiam em média cinco alunos. Depois estavam as escolas e colégios de médio porte, com 30 a 60 alunos, e os maiores colégios e escolas com aproximadamente 90 a 160 alunos, que aumentaram para seis. Nesse conjunto de estabelecimentos eram proporcionadas as modalidades de externato, semi-internato e internato, noturno e diurno, com grupo-alvo masculino, feminino e misto (Anuários de Ensino do Estado de São Paulo 1907/1908, 1908/1909, 1909/1910, 1910/1911; Gazeta de Piracicaba, 1900-1910; Relatórios dos Inspectores Municipais de Ensino, 1900-1910).

Ainda com essa coleta de dados, foi possível identificar algumas novidades entre 1900 e 1910 no ensino privado: seis estabelecimentos beneficentes ou gratuitos, mantidos por associações, entidades religiosas e empresas, na área urbana e rural, que ofereciam ensino primário, para ambos os sexos; duas escolas noturnas para mulheres, uma de pequeno porte e outra que tinha em média 100 alunas matriculadas por ano; e um novo tipo de proposta educacional, que oferecia palestras e aulas sobre diferentes temas científicos, foi colocada em prática pelo Centro Recreativo Literário e, de forma mais organizada e elaborada, pela Universidade Popular de Piracicaba (fundada em 1910). Além disso, a maioria era instituições mistas, posto ocupado pelas masculinas até então.

Entende-se que, essa expansão estava, como nas décadas de 1880 e 1890, atrelada à alta demanda de vagas que não era suprida pelos poderes públicos estadual e municipal, mesmo que estes tenham investido mais na ampliação de suas redes de ensino. Inclusive, a disseminação de instituições privadas de ensino era estimulada pelo governo estadual, quando no *Anuário de Ensino* de 1909/1910 explicitou que o governo incentivava e aprovava a ação da iniciativa particular na educação (SÃO PAULO, 1910).

No final do período entre 1900 e 1910, havia 31 cadeiras primárias estaduais e 11 municipais masculinas, femininas e mistas – urbanas e rurais, o governo estadual mantinha também dois grupos escolares, a Escola Complementar e a Escola Prática Agrícola ‘Luiz de Queiroz’⁴ (profissionalizante e masculina). Isso resulta, no tocante ao ensino público, um crescimento de variação percentual de 220%. Esse foi o momento em que ocorreu o maior aumento de instituições estaduais de ensino e o estado também dava subvenção e apoio a três instituições beneficentes do município. O terceiro grupo escolar foi criado, mas não implantado, em 1910 havia ainda as tratativas de onde seria instalado (Anuários de Ensino do Estado de São Paulo 1907/1908, 1908/1909, 1909/1910, 1910/1911; Gazeta de Piracicaba, 1900-1910;

⁴ Homenagem a Luiz Vicente de Souza Queiroz (1849–1898), engenheiro agrônomo, fazendeiro e industrial. Era um republicano, radicado em Piracicaba, que acreditava na importância da educação e da agricultura para o desenvolvimento de São Paulo e, por isso, doou ao estado uma fazenda para que nela fosse implantada uma escola agrícola (A Província, 2012).

Relatórios dos Inspectores Municipais de Ensino, 1900-1910). A quantidade de instituições estaduais de ensino em Piracicaba pode ser considerada relevante, o Anuário de Ensino de 1909/1910 destaca que estava em quinto lugar dentre os municípios do interior paulista. No caso das 'cadeiras', ao somar a área urbana e rural, Piracicaba era uma das oito localidades do estado com a maior quantidade (São Paulo, 1910).

De acordo com os apontamentos de Santos (2007) e Lefebvre (2006), entende-se que, essas ações educacionais do governo estadual em Piracicaba estavam atreladas, junto a outros aspectos, principalmente econômicos, ao desenvolvimento da imagem do estado como símbolo de região civilizada dentro do país. Isso se dava em um contexto de escala pelo qual o local e regional se implicavam, como apontado anteriormente, tanto por meio de conflitos e contradições, como também de acordos, entendimentos e alianças.

O destaque desse período está nas ações da municipalidade, que entre a criação de 10 escolas primárias próprias – 2 na cidade e 8 nos bairros rurais –, manutenção de duas escolas provisórias rurais estaduais e da masculina noturna, criada em 1894, teve um crescimento de variação percentual de 266,66%. Além disso financiou obras, material e prêmios a escolas estaduais e subvencionou escolas beneficentes. A temática educação foi abordada em 60,30% das sessões da câmara municipal nesse íterim, proporção bem acima do que qualquer outro assunto tratado (Livros de Ofícios da Câmara Municipal de Piracicaba, 1900-1910; Gazeta de Piracicaba, 1900-1910; Livros de Atas da Câmara Municipal de Piracicaba, 1900-1910; Livros de Leis e Resoluções da Câmara Municipal de Piracicaba, 1900-1910).

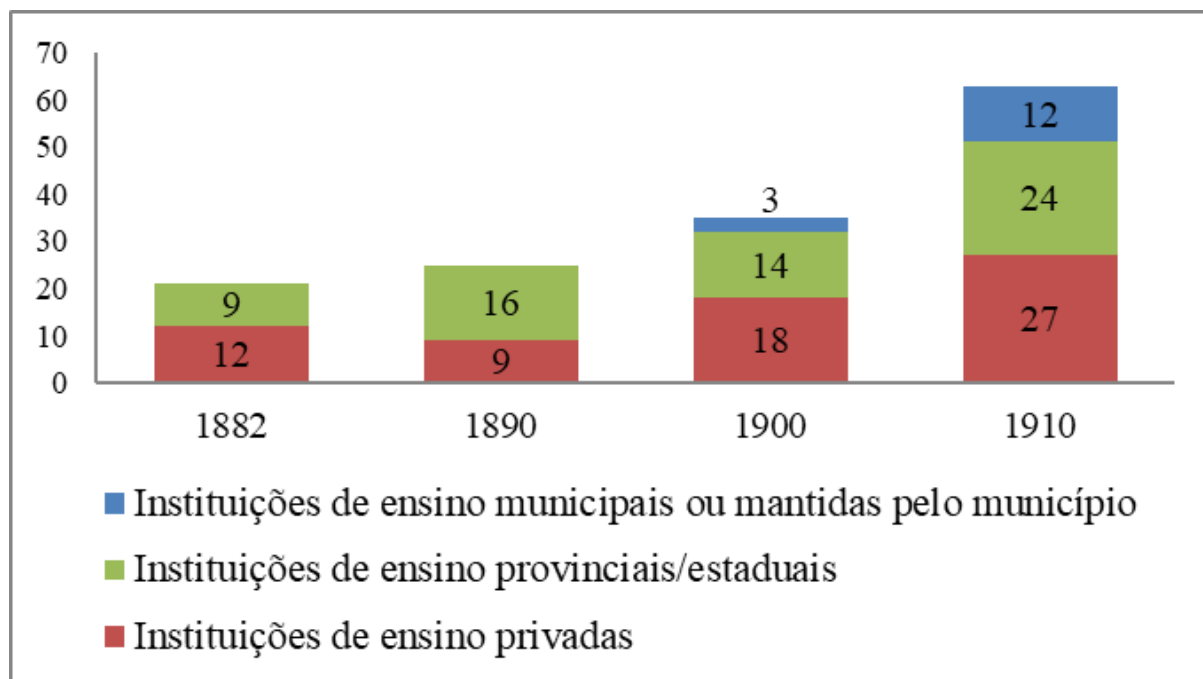
O *Anuário de Ensino do Estado de São Paulo* de 1909/1910 (São Paulo, 1910, p. 11) destaca que dos 171 municípios do estado, praticamente apenas metade tinha escolas próprias (86), os com maior número eram “Santos (25), Campinas (16), Jahú (17)” e a média por localidade era de duas a três escolas. Assim, Piracicaba, no final de 1910, com 11 escolas municipais, estava também fora do padrão, ao se enquadrar no conjunto das que mais mantinham estabelecimentos de ensino.

Nesse cenário, a população se envolveu cada vez mais com a educação local, por meio de financiamento a instituições públicas e beneficentes, participação nos exames finais e ao prestigiar as múltiplas festividades escolares. Percebe-se que, em relação à educação, diferentes grupos piracicabanos formaram uma cadeia de ações que podem ser interpretadas, segundo Elias (2008, p.91), como uma figuração “[...] na qual nenhuma ação por parte de cada um dos lados poderá ser encarada como ação exclusiva desse lado. Antes deverá ser interpretada como continuando o processo de interpenetração e fazendo parte da futura interpenetração de ações”.

Diante do que foi apresentado, entre 1880 e 1910, o cenário era de um império/país com grandes transformações políticas, sociais, culturais e econômicas, enquanto São Paulo era uma das províncias/estados mais ricos, em pleno desenvolvimento, permeado por ideais laicos e liberais. Nesse âmbito, Piracicaba teve um aumento de 592,64% da população do município e de 200% na cidade, a qual por sua vez sofreu transformações urbanísticas importantes, como abastecimento de água, luz, rede de esgoto e diversidade cultural e social. A economia foi impulsionada com a chegada de imigrantes e crescimento do comércio, indústria e serviços (Gazeta de Piracicaba, 1882-1910).

A educação formal acompanhou todo esse progresso, com a participação do governo estadual, particulares, elite, religiosos, população e políticos locais. A quantidade total de estabelecimentos de ensino no município de Piracicaba foi motivo de ufanismo pelos políticos e habitantes locais e de enaltecimento por seus visitantes. O Gráfico 1 foi elaborado com o objetivo de mostrar o quadro geral educacional no decorrer do recorte temporal, ele inicia em 1882, pois é o ano em que se tem dados mais concretos.

Gráfico 1 - Quantidade total de instituições públicas e privadas de ensino no município de Piracicaba nos anos 1882, 1890, 1900 e 1910.



Fonte: Anuários de Ensino do Estado de São Paulo, 1907/1908, 1908/1909, 1909/1910, 1910/1911; Camargo, 1899; Gazeta de Piracicaba, 1882-1910; Livros de Atas da Câmara Municipal de Piracicaba, 1880-1910; Livros de Ofícios da Câmara Municipal de Piracicaba, 1900-1910; Livros de Leis e Resoluções da Câmara Municipal de Piracicaba, 1900-1910; Relatórios dos Inspectores Municipais de Ensino, 1900-1910. Gráfico elaborado pelos autores.

Observa-se que, no total, o aumento de variação percentual entre 1882 e 1910 foi de 200%. Em relação às quantidades, de 1882 para 1890, o acréscimo foi de quatro unidades, entre o ano de 1890 e 1900 identificam-se 10 unidades, e o maior crescimento ocorreu de 1900 para 1910, com o complemento de mais 28 estabelecimentos de ensino. Dessa forma, em Piracicaba houve, entre 1880 e 1910, um desenvolvimento concomitante das condições econômico-materiais, culturais, sociais, culturais e educacionais. O que ocorreu pode ser entendido, como colocam Magalhães e Adão (2014), tal qual uma modernização educativa, quando as edilidades passam a assumir responsabilidades impostas por instâncias superiores, ao mesmo tempo em que criam sua própria rede de ensino e incentivam a iniciativa privada.

Considerações finais

Considera-se que, o desenvolvimento de diferentes áreas e setores em Piracicaba, não foi somente concomitante, mas imbricado. A força do movimento republicano no município resultou no que Veiga (2011) destaca, diante das teorias de Norbert Elias, na dinâmica que viabilizou instrumentos, os quais propiciam apreender a conexão entre educação escolar e a prática política por meio das relações de poder, e a escolarização como referência civilizatória. A relação entre educação e os espaços, tanto urbano como rural, pôde ser identificada na mobilização que os novos padrões sociais e culturais republicanos geraram na participação dos habitantes, em geral, em prol da educação. Como destacam Honorato e Monarcha (2016), houve nesse município, em específico, uma confluência de interesses entre “republicanos, imigrantes, protestantes, maçons, liberais de diferentes naturezas, conservadores e católicos” (p.189).

Nesse cenário, ocorreu uma ligação estreita entre as transformações da cultura política e escolar, com um aumento considerável do protagonismo da edilidade na expansão e manutenção da educação em nível local, diante do traçado de uma racionalização municipal

sobre a necessidade e importância da instrução formal no momento histórico vivido. Entretanto, como destaca Magalhães (2019), essa situação também deve ser observada sob a perspectiva de que a educação desenvolvida no município fazia parte de um sistema normativo maior, perpetrado por outro nível administrativo do país, nesse caso, o estado. Identificou-se da mesma forma, o que Magalhães (2013; 2014) e Gonçalves Neto (2002; 2003; 2007; 2015) colocam como uma dinâmica de alguns governos locais no investimento educacional em prol da formação de uma identidade própria. Mas, ao mesmo tempo, garantir às elites a inculcação no povo de valores que eram de seu interesse, na construção de uma imagem de desenvolvimento e civilidade, nesse caso o republicanismo.

Ao cotejar essa conjuntura frente à História da Educação, possibilita-se compreender as “relações que se instalam no processo de escolarização entre os indivíduos nela envolvidos, permite ainda problematizar as tensões presentes no estabelecimento dos procedimentos de coesão social no interior dessas relações” (CARDOSO, 2011, p.291). Isso é possível constatar na forma como a educação na sociedade piracicabana passou a ser parte da integração, participação e formação de identidade da coletividade, ao formar um quadro histórico-pedagógico singular, não somente no âmbito estadual, como nacional.

Referências

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. *Gazeta de Piracicaba*, Piracicaba, p. 1, 31 jan. 1908.

CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA. *Livros de Atas (1880-1911)*. (Arquivo Público Municipal de Piracicaba).

CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA. *Livros de Ofícios (1890-1910)*. (Arquivo Público Municipal de Piracicaba).

CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA. *Livros de Leis e Resoluções (1892-1910)*. (Arquivo Público Municipal de Piracicaba).

CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA. *Relatórios dos Inspectores Municipais (1900-1910)*. (Arquivo Público Municipal de Piracicaba).

CAMARGO, Manoel de. (dir.). *Almanak de Piracicaba para 1900*. São Paulo: Typhografia Hennies Irmãos, 1899.

CARDOSO, Maurício Estevam. Por uma História Cultural da Educação: possibilidades de abordagens. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, v. 10, n. 2, p. 287-302, jul./dez. 2001. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/14627/8313>. Acesso em: 20 ago. 2018.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na Oficina do Historiador: conversas sobre história e imprensa. *Revista Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221/1322>. Acesso em: 09 out. 2016.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. v. 2.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994a. v. 1.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994b.

ELIAS, Norbert. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2008.

GAZETA DE PIRACICABA (1882-1911 – edições n. 1 a 5.289). (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba).

GONCALVES NETO, Wenceslau. A documentação oficial de Uberabinha e a compreensão da História da Educação em Minas Gerais e na região do Triângulo Mineiro. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, v.1, n.1, p.133-139, 2002. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/321/303>. Acesso em: 23 mai. 2017.

GONCALVES NETO, Wenceslau. Organização do ensino público no final do século XIX: o processo legislativo em Uberabinha, MG. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, v.2, p.59-66, 2003. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/325/317>. Acesso em: 23 maio 2017.

GONCALVES NETO, Wenceslau. Educação em movimento: Reformas no Regulamento Escolar do município de Uberabinha (1896-1899). *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, v.6, p.203-220, 2007. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/283/290>. Acesso em: 24 maio 2017.

GONCALVES NETO, Wenceslau. Repensando a História da Educação Brasileira na Primeira República: o município pedagógico como categoria de análise. In: GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique de (orgs.). *Ação municipal e educação na Primeira República no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015. p. 19-35.

GUERRINI, Leandro. *História de Piracicaba em quadrinhos*. Edição do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba. Piracicaba: Imprensa Oficial do Município de Piracicaba, 1970. v. 1.

HONORATO, Tony; MONARCHA, Carlos. De boca de sertão à cidade da instrução: institucionalização do ensino em Piracicaba no século XIX. *Revista da Educação Pública*, Cuiabá, v.25, n.58, p.175-198, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/1908>. Acesso em: 20 jun. 2016.

HONORATO, Tony; VIEIRA, Cesar Romero A.; NERY, Ana Clara Bortoleto; MARTIN, Carolina. Município Pedagógico: diretrizes teórico-metodológicas. *Cadernos de Pesquisa em Educação*, Vitória, v. 21, 16, n. 49, p. 152-169, 2019.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4 éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: fev. 2006. Disponível em: <https://acesse.dev/T5dSJ>. Acesso em: 12 fev. 2024.

LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas – História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

LUIZ DE QUEIROZ. A Província. (2012). Disponível em: <https://www.aprovincia.com.br/memorial-piracicaba/gente-nossa/luiz-de-queiroz-3043/>. Acesso em: 24 ago. 2019.

MAGALHÃES, Justino Pereira. O município liberal e a decisão política. *Revista HISTEDBR Online*, Campinas, n.54, p.05-14, dez. 2013. DOI: <https://doi.org/10.20396/rho.v13i54.8640164>

MAGALHÃES, Justino Pereira. *Do Portugal das luzes ao Portugal democrático – Atlas Repertório dos Municípios na Educação*. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2014. Disponível em: www.ie.ulisboa.pt. Acesso em: 07 set. 2015.

MAGALHÃES, Justino Pereira. Municípios e História da Educação. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, v. 18, n. 1, p. 9-20, jan./abr. 2019. DOI: <https://doi.org/10.14393/che-v18n1-2019-2>

MAGALHÃES, Justino Pereira; ADÃO, Áurea. *Os municípios na modernização educativa*. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2014. (Coleção Estudos e Ensaios). Disponível em: www.ie.ulisboa.pt. Acesso em: 07 set. 2015.

MONARCHA, Carlos. *Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

MONARCHA, Carlos. *A instrução pública nas vozes dos portadores de futuros*. (Brasil-séculos XIX e XX). Uberlândia: EDUFU, 2016. (Coleção História, Pensamento, Educação. Série novas investigações, v. 8).

PEIXOTO, Silveira. *A tormenta que Prudente de Moraes venceu!* 2.ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1990.

PERECIN, Marly Terezinha Germano. *A Síntese Urbana*. Piracicaba: Equilíbrio; Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba – IHGP, 2009.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1953.

REIS FILHO, Casemiro dos. *A educação e a ilusão liberal: origens do ensino público paulista*. Campinas: Autores Associados, 1995. (Coleção Memória da Educação).

SÃO PAULO. *Anuario do ensino do estado de São Paulo (1907-1908)*. São Paulo: Typ. Augusto Siqueira & C, 1908.

SÃO PAULO. *Anuario do ensino do estado de São Paulo (1908-1909)*. São Paulo: Typ. Siqueira, Salles & C, 1909.

SÃO PAULO. *Anuario do ensino do estado de São Paulo (1909-1910)*. São Paulo: Typographia do Diario Oficial, 1910.

SÃO PAULO. *Anuario do ensino do estado de São Paulo (1910-1911)*. São Paulo: Typographia do Diario Oficial, 1911.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos; v. 1).

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. (Coleção Milton Santos; v. 8).

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do longo século XX brasileiro. In: SAVIANI, Dermeval (org.). *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 9-57.

SAVIANI, Dermeval. *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Síntese de história da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1972.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: UNESP, 1998.

SOUZA, Rosa Fátima de. Espaço da educação e da civilização: origens dos grupos escolares no Brasil. In: SAVIANI, Dermeval (org.). *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 33-84.

SOUZA, Rosa Fátima de. As escolas públicas paulistas na Primeira República: subsídios para a história comparada da escola primária no Brasil. In: ARAÚJO, José C. Souza; SOUZA, Rosa Fátima de; PINTO, Rubia-Mar Nunes. (orgs.). *Escola primária na Primeira República (1889-1930): subsídios para uma história comparada*. Araraquara: Junqueira & Marin, 2012. p. 23-77.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n.14, p.61-193, maio/ago. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a05.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2019.

TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes. *Piracicaba no século XIX*. Piracicaba: Equilíbrio; Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba – IHGP, 2009.

VEIGA; Cynthia Greive. A escolarização como projeto de civilização. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, n.21, p.90-103. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000300008>.

WARDE, Mirian Jorge; PAULO, Marco Antonio Rodrigues. A instalação do serviço de inspeção escolar na província de São Paulo (1835-1887). *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, v.12, n.1, p.253-275, jan./jun. 2013. DOI: <https://doi.org/10.14393/che-v12n1-2013-16>.